

Tudo, chegou a esse passo e heideletove nel
acompanhar, em vossas presenças o pronunciamen
te de vossas idéas, se não favorável ou co
tra as vossas, e sobre vossa mesa copia dos
documentos com dig. no nosso arquivo.

Como não ninguém depois fez
uso de palavra e m. President, dell'ora
arrivada a presente sessão.

Sendo que de real aconteceu levou
a presente Ata, a qual depois de lida e
colhada conforme foi por mim secretario
m. President, e demais membros de coe
rosidade.

Elizur Jesus Elotário

Epoucedutra

~~M. President~~

Citais Lilio

Mario Podes

Arayza Filho

Ata de 97^a Sessão Ordinária de Câmara
municipal de Abitãndia, do dia 12 de
março de 1988.

Presidente: Ozeirbo Simões Fontes
Secretário: Elizur Jesus Elotário

No primeiro dia do mês de março de
1988, em sua sede a Presp de concordia
nº 394, sala nº 04, realizou-se a 97^a Sessão.



são Ordinária da Câmara municipal de Alvinópolis, com a presença dos seguintes Vereadores, Antonio Vieira da Silva Farias, Aporecido da Silva, Elizeu Jesus Eleotério, Gregório Perez Simochio, Luiz Carlos Tequel, Norio Soares, Nivalício Aporecido da Silva, e Orogimbo Simões Farias, num total de oito Vereadores presentes, feito a demanda verificar-se a presença dos editores mencionados e havendo o número legal, o Sr. Presidente em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, declarou aberto o trabalho para a presente Sessão, imediatamente foi lida e colocada em votação a Ata da Sessão Anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

Expediente: Foi o Ofício Especial acompanhado do Veto ao Projeto de Lei nº 15/83 de legislativo, discutido e aprovado na 35ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Alvinópolis e os Pareceres da Comissão referente ao mesmo.

Em ^{pequeno} o Vereador Nivalício Aporecido da Silva pediu permissão para fazer uso da palavra a qual foi concedida pelo Sr. Presidente e usando a palavra o Vereador disse: "Com referência ao Veto do pedido de Utilidade Pública da Lei nº 15/83 acabamos de ler, gostaria de saber, a Comissão de Justiça e Redação e que foi que eles acharam de tão grande injustiça no Estatuto da Associação e

qual é o erro de Redacção do Projecto, so-
licitando a Comissão de Obras Públicas, o
estatuto esta solicitando alguma coisa ao
município, para ser regeitado, então quero
os municípios ficarem sabendo se é real
esse veto ou se é simplesmente uma
política, quanto de solicitar ao Presiden-
te de Finanças quanto cruzados essa
Associação esta solicitando do Sr. Prefeito
municipal dos cofres municipais, para
votar um documento pedindo Utilidade
Pública, ora pedires Utilidade Públi-
ca, é um objecto que não estamos
querendo trabalhar gratuitamente, não
está estamos solicitando Pedidos, bo-
ias, isso é política pura, porque não
está estamos trabalhando de nosso al-
to, o Sr. Prefeito acaba de dizer que aqui
é tudo ao nível municipal, em não posto
de sites modo a ninguém esta repre-
me o Sr. João Martins o prova que
fiz cumprir por muitos anos de op-
ações, porque nitido a esse Prefeitura
foi negado tanto vezes testemunhas, por
sees necessidades de medicamentos para
por a assistência social foi negado
a tua Guia São Paulo e trouxe os me-
dicamentos e estão distribuídos, não
estão fazendo alguma política, que
no digo que a cargo anos esta neces-
sidade de leis trabalhando em benefício
de nosso povo, não simplesmente para

Fazer política, um órgão de tal natureza
se faz com boa vontade, política faz pro
tro campo, se é política é uma Associação
para que funcione a coisa assim
agora fazendo política em cima do
povo pobre e carente, se hoje esse Asso-
ciação faz alguma coisa, é a coisa a
nos anos para que des não tenhamos
que tinha cinco anos pro trabalho
se lembrar esse ano porque é ano
político, nós não estamos querendo
fazer política com esse Associação
veja bem o Estatuto se está citando
política, por isso foi convidado, -
PDS, PTB, PMDB, aqueles que tivessem
boa vontade, agora não pro Sr. S. Pa-
fita e Sr. Vereadores fazer críticas em ci-
ma de uma coisa que é de interesse
do Povo, isso eu proveo porque não
precisa eu falar, os senhores podem ba-
rrear perguntando o que está acontecendo
do que já aconteceu em Alvinlândia,
quero deixar claro que estamos criando
uma Associação para que nos aju-
dem a trabalhar porque não sozinho
não podemos, somos pobres, trabalha-
mos com dificuldades e mais difi-
culdades o Sr. Prefeito está fazendo
pro nós, vetando Projeto de pedido de
Utilidade Pública, mas que o Sr. Prefeito
vai usar alguma verba da Prefeitura,
não, porque a nome Associação é orgão

unidade, não é uma Associação criada fi-
chando as portas, e colocando quatro, cinco
elementos, e colocando um é Presidente, outro
Secretário e outros membros, nesse meio
convivendo e foi feita reuniões, porque Al-
vileirópolis é as mil maravilhas mas pare
que não vê a situação do povo, está
se fazendo media política, se um elema-
to o Sr. Profeta desconfie se de administrações
políticas, melhor de fora, e nós não este-
mos pensando nisso. nós estamos si-
tuando ninguém, não está em chido
ninguém, nós pensamos em ajudar
agora fazer isso que está fazendo e ver
qual o sintoma, sinto vergonha, de um Projeto
de Lei de Publico encaminha-se para
os comissários e vá lá uma vergonha
de uma decisão dessa, me aponte o
procedimento, o que estamos pedindo
nos, finanças, quanto Prédios estamos pe-
dindo, porque a este comissários do Sen. Pu-
blico, porque a gente tem audiência quan-
do a sede uma Prédia deve ser vetado nos
vernos, usar o dinheiro do município, Ligar
erro me pedocês, o que é de injustiça.
nesse Projeto de lei.

Como os senhores acabaram de ou-
vir a lta, o nobre Colega pediu que vies-
se o Presidente da Associação o Sr. João
Carlo, para fazer a explanação foi a-
té a casa do Sr. João Carlo foi acabi-
gostaria que os senhores dessem um tempo

pero que ele fizesse a esplanogão e desvendar qualquer mistério qualquer dúvida de ele está aqui a disposição!!

manifestando o Sr. Presidente disse, "nô acabamos de ouvir o pronunciamento do Vereador notalício Azevedo da Silva no qual solicitou das Comissões Presidenciais, para fazer um pronunciamento do exorato pelos mesmos, todos os Comparentes estão ocupando seus cadeiros seguidos, quero deixar claro que a solicitação feita pelo nobre colega vai ser colocada em votação o pronunciamento do Ilustre Dr. João Carlos Gonçalves está a disposição, essa Presidência vai fazer valer aquilo que for decidido".

Como não havia mais matéria para o pequeno Expediente, o Sr. Secretário procedeu a seguinte chamada dos senhores Vereadores, e constando a presença dos mesmos que responderam a primeira chamada, o Sr. Presidente em nome do nosso Sr. Jesus Cristo, declarou aberto o trabalho para a Ordem do Dia.

Ordem do Dia:- Foi colocada em discussão e votação única o Veto do Projeto legislativo 05/88, o qual foi aprovado por seis votos a um, sendo favoráveis os Vereadores Antonio Vieira da Silva Farias, Azevedo da Silva, Elizeu Jesus Eletrício, Gregório Perez Cavalcini, Luiz Carlos Tenelli e Moris Soares e contrário o Sr.

cedor Notáveis Apovado de Silva,

Não havendo mais matéria para o ordeno do dia, o Sr. Presidente colocou a pauta li-
ma a disposição dos senhores Vereadores, o
qual fez uso de algumas palavras, "Gre-
gório Paes, conhecido," O nobre Colega Nota-
velis Apovado de Silva, solicita que os mem-
bros das Comissões, justificassem seus pos-
sões, não vejo necessidade nenhuma de se
justificar nem parecer pelo autuante que
essa casa de leis me dá no momento
em que sou eleito como membro de
uma comissão, a decisão está to-
mada e ratificada, e nunca se deve
regressar sobre pessoas, não vejo como
se a pessoa conseguir alguma coisa
o nobre Colega disse que isso é uma
política suja, eu não entendo dessa for-
ma, porque de parte das comissões
não vejo nenhum esse termo e nem
aprovação em termos e muito menos por
agora, fizemos de consciência tranquila
pensando unicamente em colocar um
ponto final em todas discussões que a-
conteceram, após a entrada desse docu-
mento nessa casa legislativa, o Sr.
Mundo dirigiu-se a mim como Pre-
sidente de Comissões de Finanças, e
disse que não esteve pedindo distri-
bução, logo eu tudo conheço, não
não está pedindo, não por nenhum
delegado do que está acontecendo, accom-

Terei que o requerimento interno dessa
casa de leis, após o encaminhamento
de um documento de tal forma, eudo
receber veto do sr. Prefeito municipal -
mas me recordo o Artigo, mas o re-
querimento Interno da o direito a Comis-
são de Justiça e Redação, solicito as de-
mais Comissões que emitam seu pa-
recer com referência ao documento
encaminhado, sem com tudo pens-
sar em política e muito menos em
política suja, não agiu dessa forma
e não precisamos estar aqui comentan-
do, que todos municipais, os sr. Vereadores e
o próprio colega Vereador Natalício Ape-
reide de Silva, sabe que não é o
nosso modo de agir, ele pode ter dito
a uma outra pessoa, mas não
aos membros dessa comissão e
membros comissões desta casa de leis,
em tendo certeza absoluta que de fa-
to não foi solicitado dinheiro, como não
foi aplicado, e como não poderia ser
enquanto ele não for regularizado a
Associação, assim que ele for regula-
rizado ele pode ser incluído, nos
benefícios que são dados pela Prefeitura
municipal.

Com referência a Redação eu co-
mo membro da comissão de Justiça e
Redação a minha atitude foi no senti-
do de preservar, de resguardar, os int-

passos dessa casa de leis, após termos to-
modo uma decisão totalmente diferente
na sessão anterior, mas depois de ter
em conhecimento do documento que se te-
ve girando, pelo Secretário de Segurança
Pública, onde de facto e de direito, como os re-
latores que estão presentes acabaram de se-
r, ele se menciona e se refere, a
miséria a pobreza a injúrias, a tantas
coisas que não acontecem em Finin-
lândia, que o clamor por bem deu-
mos um tempo pra que se estabele-
cesse após a sua organização, seguiu
que mesmo para a declaração de Uti-
lidade Pública dessa casa de leis, ele
deixe de seu trabalho, e que venha
prover a esse legislativo que ele está
atuando no campo de Associação, de
assistência e dar àquelles que estão
necessitando um auxílio, não
tenho modo contra a Associação
e muito menos, as pessoas que a
compõem todos são meus amigos,
e não pensamos em tal coisa, pen-
samos sim na preservação e na
segurança desta casa de leis, e do tra-
cativo;

Quero deixar claro que na exposi-
ção de minha palavra na Sessão
anterior de fact. pedá, que o representante
da Associação fizese uma justifica-
tiva, de que de facto esse documento não

tem ligação com nenhum membro da Associação, e muito menos Sr. Presidente do qual consta o seu nome, mesmo lembrado bem posteriormente, solicitei que essa declaração fosse feita por escrito, por um lapsos em acréscito que não esteja fazendo parte desta Ata, gostaria que esta exposição desses motivos e de fatos, fosse feita por escrito."

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Notívolo Apovido de Silveira "A explanação do nobre Colega não me convenceu, porque eu pedi o motivo que ele alegou no veto, de Justiça e Redução, aponta a falta de Finanças e com referência a solicitação do nobre Colega e não solicitei por escrito, simplesmente vocês acobardaram de ouvir na Ata e foi aprovado, agora nobre Colega vamos usar o bom senso, o Sr. João Carlos está presente, vamos desvendando esse mistério, porque deixar pra outro dia complicar mais as coisas, não a nada de mais vamos discutir o assunto, acho que não é crime dizer a verdade, peço suas perguntas ao Presidente da Associação, porque deixar pra outro dia pra sair mais atrito, como se diz na gíria "suspeito", Sr. Presidente mais uma vez eu peço faça esse pedido, senhores Vereadores consintam a palavra do Sr. Presidente da Associação."

porque ficar fazendo nada, aqui é ca-
se de resolver os problemas, nós estamos em
discussão de um Projeto, discussão não é bri-
ga, quando se fala discussão, as alguém p^o
de dizer vai sair "pé do rido", agora, não
vamos resolver o assunto".

Em seguida fizuro da palavra o
Vencedor Antonio Vieira da Silva Farias;
"Fui favorável ao veto, porque fiquei muito
chateado a caso do Delegado, que tem um
dir que quase a caso se fazer, não sei
porque, é justamente aquela casa do
Sr. Delegado quem pedir a ideia por
minha, não é fazer a casa para o De-
legado, e sim para ele mover, não com-
tinamos em vão coisa Desapoiada
Instituição - Prática Terceira, quando está-
va querendo mudar aqueles três terrenos,
e era contrário a venda dos terrenos -
porque a Prefeitura funciona num prédio
que não nos o o Prédio é do Estado -
aumentar o depois o Estado pode requerer
esse Prédio e não não teremos terreno su-
ficiente para fazer um Prédio para Prefeitura,
então era necessário analisar e se não com-
o documento para fazer uma casa para o
delegado, principalmente citar aquela
terreno de frente ao Corral, mas com
prazo estipulado --- de dois meses após
sua saída para ele deixar a casa, porque
as vezes pode ser transferido para outra ci-
dade ou para outra cidade, porque se

não nós doava-nos um terreno, e ele fazia uma casa, depois ele saía vinha outro, ie querer que a Prefeitura desse outro terreno, então na minha opinião achei mais certo fazer isso então fiquei muito chateado quando começou o alvará, e disseram que a casa ia parar, porque entrou documento na secretaria, aquilo deixou a gente revoltado, porque nós aprovamos tudo bonito, quando foi na outra reunião deu esse problema, então onde eu aprovei o Veto do Sr. Prefeito".

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Natelício Aparecido de Silva; "Gostaria que o Sr. Delega explicasse qual o autor que está segurando a construção da casa, se é a Associação, está se discutindo se é uma Associação não é a casa do Sr. Delegado, se é uma obra independente da Associação".

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Antonio Veire de Silva Torres; "acho que toda embargação que estiver sendo na casa era referente a esse Carta por causa dessa Associação que nós assinamos e aprovamos, não vamos que foi esse ou aquele, mas que a pessoa que fez essa carta não assumiu que deveria ser bomem pra assinar, porque até hoje estou com 44 anos, 2.º que eu fiz em assinar, assim que eu 24

rapaz, uma pessoa dessa que foi muito
contido e agradável ao Sr. Prefeito, nos Vereadores, além
qualmente incompetente; usando parte de sua
... o vereador notabilíssimo Sr. Silva de
uma pessoa agradável ao Sr. Prefeito e aos
meus amigos ao Sr. Presidente, que está
aqui isso também não é do jeito que eu
penso, voltando a palavra com o Vere-
dor Antônio Vieira de Silva Farias; É uma
pessoa que considera a muito tempo
considera seja dos anos, o Sr. João como
tudo a respeito de um muito. Um caso,
considera igual a meu Pai, se que meu
João está sendo agradável, por isso que
me entre pareceu eu falar que ele tinha
que ter um a amizade, porque está sendo
muito."

O Sr. Presidente manifestou dizendo, como
meus meus vereadores que fazer uso de palavras
e como essa Presidência sempre a quem de
qualquer maneira possível, nunca deixar a
atendimento a proteção, porque eu não dei
dar destaque a esse cidadão Sr. João Vere-
dor Antônio Farias de Silva, solicitando de
Prof. João Carlos Gonçalves, o qual compareceu
em Ato, usando parte de palavras e usando
o Sr. João como amigo disse: "Gostaria que
o Sr. João não se preocupasse com a proteção
e que a mesma fosse suspensa por de-
minuto, para que não deixassem pontos
por diálogo e explicar a possibilidade de
a aprovação do pai."

Voltando a palavra com o Sr. Presidente
 disse: "Como consta no Regimento Interno
 que a Sessão poderá ser suspensa por dez minu-
 tos e para ser sanado vários problemas,
 coloco em votação a solicitação do Vereador
 Gregório Pery Camacchio para que o mes-
 mo possa trazer novas ideias que ven-
 qual o Conselho que eles vem requisir;
 o qual foi aprovado por seis votos con-
 tra um, sendo vencido o voto do Vere-
 dor Potelício Apocido da Silva, usando
 parte da palavra o Vereador Potelício Apocido
 da Silva disse: "Sou contrário porque a
 solicitação do nobre Colega e cede um tempo
 suas ideias formadas; voltando a pala-
 vra com o Sr. Presidente, "Está concedido o
 dez minutos de suspensão para dar proxi-
 mamente no qual foi interrompida às
 21:39 horas.

Ao reiniciar o trabalho às 21:43 horas
 fez uso da palavra o Vereador Gregório-
 Pery Camacchio; "nossa solicitação pe-
 la suspensão por dez minutos desta Sessão
 após o dialogo efetuado por nós na
 secretaria; chegamos a seguinte conclu-
 são, havia-mos decidido que nós não
 vamos permitir a palavra de mais nin-
 guem munícipe nesta Casa de leis; -
 porque não existe em nossos leis e
 no nosso Regimento Interno, artigos
 e parágrafos que regulamentem uma
 tribuna popular e a pessoa que venha

o este pleuonico usou de palavra ne-
cessario seria que produto do qm se vi-
ria dizer aqui fosse encaminhado a
essa residencia, com antecedente mi-
nima pelo menos de 24 horas, para
que fosse analisado e que essa cide-
dao nao diga, mas levando em con-
sideracao a presenca de autoridades e de
grande numero de moradores e principal-
mente o Dr. Joao Carlos Gonçalves, parece
no qual esse legislativo tem o maior res-
peito pela sua autoridade, pelo seu pos-
sibilidade de residencia no municipio que
sua colaboracao com o municipio como
Advogado, como professor e Professor, un-
tando no mais que nao permitira a fa-
loria ao professor Joao Carlos Gonçalves,
que no nosso entendimento nao de-
grande valor, e aqui acreditamos e
esperamos, que ele va fazer colaboracao e
respeito do documento e somente com refe-
rencia ao documento enviado, que nao
se possa distorcer as palavras e nem
o sentido do documento, pela consideracao
que acabamos de afirmar ao Professor e Ad-
vogado Dr. Joao Carlos Gonçalves, que adverte
bravo que comprou esta casa de heri-
tancia por sua pessoa, nao deixando que
iramos conceder o direito de usalo!

Em seguida fez uso de palavras o
Vereador Vitalicio Azevedo de Lima, -
"com referencia a palavra do nobre Cole-

go, quero agradecer a oportunidade que ele nos dá, só que eu queria que o professor abordasse o documento num todo, texto a corte, como o veto, usando pelo da palavra o Vereador Gregório Pery. Como chis disse: "nos autorizamos só com referência a corte, se a palavra se distorcer do documento encaminhado a Secretaria de Segurança Pública o Sr. Presidente irá cortar a palavra, porque essa será a nossa autorização."

Prosseguindo o Sr. Presidente colocou em votação a solicitação feita pelo Vereador Notícias Aparecido do Silveira, com referência ao uso da palavra pelo Sr. João Carlos Gonçalves, a qual foi concedida pelos outros Vereadores por unanimidade para pronunciamento com referência ao documento enviado a Secretaria de Segurança Pública. E usando a palavra o Sr. João Carlos Gonçalves disse: "A minha preocupação é a esta coisa de hoje, ele baseia-se em livros, não respites, não entrona no porto onde foi pedido, não inicia a seguinte coisa, aqui na Cruz Terra Cristo pregado porque com ele a 1955 anos atrás acotaram a mesma coisa e condenaram ele Cristo, colocaram ele na Cruz e não conseguiram provar nada contra ele e hoje nós o adoramos, assim tem isso, porque pessoas ao tomarem conhecimentos, baseiam-se em

coisas não concretas, supõe serem impositivas, queram prevalecer ideias próprias e tlustra relatos certos de certo, prova, tendo subscrito por peritos não oficiais e que comprometidos não foram, mas apresenta valor probatório imperator;

Quero agradecer que na 35ª Sessão Ordinária, que se realizou do apro- nam a nossa instituição como de utilidade pública.

Como referência a esta carta eu não deveria falar nada, mas quem provar nada, aqui está dito João Carlos Gonçalves, em carta de 11/11/2004, em nome de quem se chama João Carlos Gonçalves em Bairro Coimbra, três e em Gargateira, em nome de quem se chama João Carlos Gonçalves, RG. 4.813.202, CPF. 157.525.928/04, mora na Rua Escadaria 276, residente a Abitibiádia 27 anos, agora com três filhos a esse João Carlos Gonçalves, que reportam-se a esse neste carta, Presidente da Associação dos moradores de Abitibiádia no Bairro de Coimbra, sou Presidente de Associação dos moradores de Abitibiádia, registrado no cartório de pessoas jurídicas de Gargateira no Livro 159, página 156 em 2 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial.

de 07 de dezembro de 1937, essa é a Associação que sou Presidente, Vice-Presidente o o Cláudio Rossi, Primeiro Secretário, Shirley da -
 Conceição Soares Silva, 2º Secretário; Fran-
 cisco Teixeira, 1º Tesoureiro, Walter Cuppe
 2º Tesoureiro Amisio Pogonizza, esse é
 composição da Diretoria, então como
 não pertinho de mim isso, porque se trizer
 se partido de mim em assinaria e com-
 provevo que escrevi, que em mim
 deixei de provar nada o que escrevo
 nem o que falo, a minha assinatura
 na qualquer coisa couber, sabe que não
 esse daí, agora não tenho culpa que
 pessoas fez um documento e põe meu
 nome, eu não autorizei ninguém e
 também não cabe a mim, a ver
 isso porque não falsificou minha as-
 sinatura, a Associação estava tramitando,
 porque não pode ser um de nós aqui
 dentro sem ver eu, quem poderia
 provar ninguém, mas levando ao bom
 nome da Associação que sou Presidente
 em conversando com o Delegado de
 Polícia, fiz um esclarecimento e pe-
 di ao Dr. Delegado de polícia que envias-
 se ao Sr. Prefeito Municipal uma có-
 pia desse documento, se não enviasse foi
 folha dele, e se enviasse o Sr. Prefeito omi-
 tir, mas o documento está datado em
 dez de fevereiro de 1938, bem antes de
 sessão; usando por da palavra o Sr.

Presidente disse: "Quando esta coisa de aqui
não tem conhecimento desse documento nem
por escrito nem verbal"

colocando a palavra como Sr. João
Carlos Gonçalves" queria comentar, os
considerando baseado - se nisso, que
na minha coisa muito importante, a
final não ficou truncada minha explana-
ção, a minha intenção era fazer consi-
derações sobre os considerandos do Executi-
vo, mas se me permitirem depois que
os Senhores tomarem conhecimento
disso, que o Executivo de aqui não
se anulou.

Abritândia, 20 de Fevereiro de 1937.

Encaminhamento:

João Carlos Gonçalves, bra

- Brasileiro, casado, professor, portador de
cédula de identidade com o RE. nº 4.513.22
emitida no MF - 2000 nº 157.525.422 - 01
residente e domiciliado em Bom Foco nº
20.320, na cidade de Abritândia - SP, Bra-
sileiro e brasileiro de nacionalidade de
nascimento = 17/11/9 =, natural, autônomo no
dia dois do mês de setembro de 1937, com
estado registrado sob o nº 157.525.422 -
22 de Bom Foco "A" nº 25/02/37 no Carto-
rio de Registro de Títulos e Documentos de
Bom Foco, inscrita no comércio de Foco
23, e CGC nº 54.705.003/0001-27, com
registro estatutal publicado no B.O. do
Estado de São Paulo de 15/12/37, pag.

n.º 03, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede nesta cidade de Alvinlândia - SP, com a principal finalidade de promover a mais ampla aproximação entre os moradores de Alvinlândia e seus dependentes, visando a união, a liderança, a participação dos moradores, para o trabalho comunitário, estudando os problemas, aspirações e necessidades, reivindicações em proveito das famílias e da coletividade em geral, afim de não ter redigido carta endereçada ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ou a outras Secretarias, bem como a outras pessoas, mostrando descontentamento, de algum modo, em nome ou autorizado alguém a fazê-lo usando o nome de Associação a qual eu presido, suppondo fiqui a ter o conteúdo de certa datada em 23/12/87, redigida por pessoa sem escrupulo e usada de má fé, com intuito de prejudicar ou atrapalhar o bom funcionamento da Entidade, indo além com propósito de perturbar a ordem e a administração do Prefeito de Alvinlândia, com objetivos políticos, visando deste modo contornar os objetivos da Associação.

Esperando compreensão e justiça em nome da Entidade, coloco-me

dessa casa na próxima Sessão, ficou o Sr. Convocado para ouvir a leitura do documento.

Usando portanto da palavra o Vereador Noto Lício Apocaito de Silva disse: "O Presidente não foi convidado para próxima Sessão nem foram convidados o Sr. Prefeito para prestar esclarecimento veto porque motivo". Voltando a palavra com o Sr. Presidente do dia: "Essa casa de leis não recebe documento mossacando o Executivo e o Legislativo, essa casa não tem conhecimento de documento, nem se quer consentidos, em favor um kerok para ser colocado no inteiro."

Em requirido fez uso de palavra o Vereador Elizeu Jesus Eletório: "Quero fazer uma solicitação ao Sr. Presidente, que consilte a casa, que fosse concedido a palavra ao Sr. delegado de Polícia do Alvilândia, para que fizesse uma exploração referente a esse documento, se foi ou não entregue ao Sr. Prefeito e para o Secretario de Segurança Publica

Em requirido o Sr. Presidente colocou em votação o pedido do Vereador a qual foi aprovado por unanimidade.

Proseguindo fez uso de palavra o Sr. Elvio Evangelista Bueno, Sr. delegado de Polícia do Município de Alvilândia,

"Pois, minha foi muito oportuno estar
presente nesse sessão hoje, não sei se
se trata desse assunto, no qual se
está a explicar, sobre esse papel que
do, não sei de que pessoa, mas que
teve o nome do Sr. João Carlos Cam-
peiros, esse documento, foi encaminhado
to a Secretaria de Segurança Pública
e dizem que se foi explicitado, a to-
dos, isso daí voltar pra Alameda
aluna que tomasse - não, com certeza,
já que tomasse - não providência -
como aliás a verba, porque a
verba é da Secretaria de Segurança Pú-
blica, e não pode ser destinada para
trabalho, se há necessidade em algum
dos seus termos sociais, no qual credi-
to que não há, deve ser vindo de
Provação Social, esse dinheiro é de
uma exclusão da Secretaria de Segurança
Pública, a pessoa que fez esse docu-
mento é um jovem, não tenho interesse
do caso político, quando esse pedacinho
dego, em curso delegado de Polícia, foi
delegado a campo e a cidade, notici-
tei ao Sr. Prefeito Municipal a explicação
de todo verba que devia sido desti-
nada para construção de sedes Públi-
cas de delegacia de Polícia, e para comple-
mentar os obras, também devesse que
muitas que venha posterior, não
ditória, e já em 1911 em 1912, com

plementares, foi solicitado, como é de interesse a própria pessoa, Dr. João Carlos, para que se manifestasse, com relação àquela corte denunciada; Dr. João Carlos fez explanação aqui agora e leu o teor da corte que ele enviou ao Delegado de Polícia, agora é bom que se esclareça que o Delegado de Polícia não é obrigado a ter serviços de Office Boy ou seja não tem obrigação de entregar nada ao Sr. Prefeito Municipal de alguma coisa de que se entregue ao Protocolado, então o delegado de Polícia não tem culpa nenhuma se não foi encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, não foi falta minha, a minha obrigação era colocar no Protocolado o próprio, Dr. João Carlos brevia dito a minha pessoa, como acabou de confessar a todos, que já havia mostrado ao Sr. Prefeito Municipal".

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Gregório Perez Conselho; Após a explanação do Sr. João Carlos Gonçalves e Dr. Delegado de Polícia do município, o referido documento não chegou as mãos do Sr. Prefeito Municipal, não vamos deixar ser criticado por não ser encaminhado a este corpo legislativo por parte do executivo, acordamos que a documentação foi encaminhada a Delegacia de Polícia, na

qual o Delegado tomou as providências cabíveis, necessárias ao andamento do Processo a ele encaminhado anteriormente para Secretaria de Segurança Pública, mas o Executivo e Legislativo ainda não receberam esse documento tomou liberdade de solicitar ao Professor João Carlos para que a mesma fosse posta no seu íntegro na Ata da presente Sessão.

Usando portanto da palavra o Professor João Carlos falou assim: "O Prefeito Municipal tomou conhecimento disso e eu somente fui a delegacia de Polícia entregar esse esclarecimento ao delegado de Polícia, porque recebi a carta me convocando, porque se não tivesse recebido eu não iria lá, - quando eu entreguei a carta ao Sr. Delegado de Polícia eu pedi a ele, e ele falou que deixei que eu enviasse, - eu também não sou Office Boy, voltando a palavra com o Sr. vereador, Gregório Perez Camacho, ele disse: "Se a exploração do professor João Carlos, como ele disse que o Executivo tinha tomado conhecimento e não sabia porque não havia encaminhado ao Legislativo eu iria perguntar a ele o seguinte, com referência ao documento que foi encaminhado a Secretaria de Segurança Pública e que

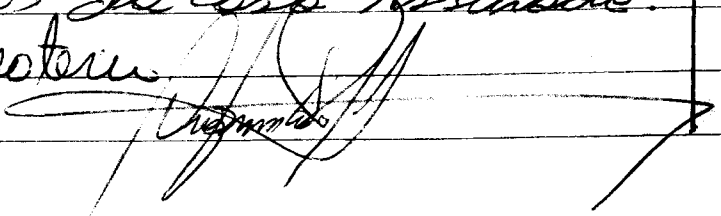
consta o nome dele, qual era a atitude tomada por ele, para esclarecer o público, a secretaria do Executivo e legislativo, não essa pergunta, porque foi dito que havia encaminhado a Delegacia do Executivo e somente por nós não tinha sido encaminhado, então haveria uma falha do Executivo e pelo que estou vendo não existe a falha, faltou informação a este Conselho e se eu soubesse desse documento não teria feito essa solicitação na sessão anterior, agora gostei da atitude do Sr. Presidente solicitando a cópia para que a mesma faça parte integral desta sessão.

Prossequindo o Sr. Presidente colocou em votação a colocação na íntegra na Ata, deste documento, a qual foi aprovada por unanimidade.

Como mais nenhum Vereador desejou fazer voto de polo ou o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão.

Sendo que de real aconteceu a mesma a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, veio por meus secretários, Sr. Presidente e demais membros da Casa Assinada.

Elzeu Jesus Eleuterio



Esparcialidade

~~Alameda~~

Antônio V. de
Mário Soares

~~Ampliação~~

Ata da 38ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Almirante, do dia 15 de março de 1988.

Presidente: Orosimbo Simões Fontes
Secretário: Elizeu Jesus Eletório

As décimo quinto dia do mês de março de 1988, em sua sede a Praça da Concórdia nº 234, sala nº 04, realizou-se a 38ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Almirante, com a presença dos seguintes Vereadores, Aufrânio Vieira da Silva Farias, Aponecido da Silva, Elizeu Jesus Eletório, Jurgem da Paz Cordeiro, Luiz Carlos Tenório, Mário Soares, Natalina Aponecido da Silva e Orosimbo Simões Fontes, num total de oito Vereadores presentes, feito a chamada verificou-se a presença dos edis citados mencionados e havendo número legal, o Sr. Presidente em nome de nós Senhor Jesus Cristo, declarou aberta